



Gotodáguas

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXIII – Nº 20 – 08 de julho de 2019

ACERVO SINDAE

PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA
É PRIVATIZAÇÃO
DISFARÇADA

Cetrel e DAC fazem nova proposta, mas Embasa não avança

Depois de um tempo sem registrar qualquer avanço, a campanha salarial tomou impulso na semana passada com a Cetrel e DAC fazendo nova proposta de acordo coletivo, oferecendo 5% de reajuste no salário e 10% nos benefícios. Ainda tem muito o que melhorar. A Embasa é que não evoluiu nada, mantendo a oferta de 5,07% apenas no salário. Novas rodadas de negociação com essas empresas já estão marcadas. **PÁGINAS 2 e 3**

PROPOSTA DE PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO FICA PARA DEPOIS DO RECESSO PARLAMENTAR
PÁGINA 2

BAIANOS (AS) FAZEM DO 2 DE JULHO UM PALCO PARA VÁRIOS PROTESTOS
PÁGINA 2

APROVADO TRATADO INTERNACIONAL CONTRA ASSÉDIO SEXUAL NO LOCAL DE TRABALHO
PÁGINA 6

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA A "NOVA PREVIDÊNCIA" DE BOLSONARO. É UM TAPA NA SOCIEDADE
PÁGINA 3

Classe trabalhadora leva seus protestos para o 2 de Julho



A maior data cívica da Bahia, o 2 de Julho, símbolo de luta e de resistência do nosso povo, foi marcada mais uma vez por protestos da classe trabalhadora contra o corte de vários direitos e conquistas, pelo desemprego e também pela cobrança de “Lula Livre”, punição a juizes e procuradores que manipulam as leis para punir pessoas escolhidas por eles, pelo desmonte do patrimônio nacional, pela destruição da educação pública, contra a privatização da água e das

companhias de saneamento, pelo desmatamento crescente e liberação indiscriminada de agrotóxicos. Marco da independência da Bahia e do Brasil, o desfile do 2 de Julho também levou para a rua gritos pela punição ao ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, pela liberdade do ex-presidente Lula, contra a reforma da previdência, o faturamento criminoso da Petrobras e a liberação de armas. Um grito, enfim, contra o atual estágio de desgoverno que atravessa o Brasil.

Embasa “empaca” e não avança nas negociações do acordo coletivo

Passado quase um mês entre as duas negociações (houve uma dia 6 e outra na última sexta, 28), a direção da Embasa não mudou uma vírgula de sua única proposta feita até agora para o fechamento do acordo coletivo deste ano. No encontro dessa sexta passada manteve o pé em só dar reajuste salarial (5,07%, que é o INPC) unicamente para o salário, mantendo congelado o restante dos benefícios financeiros.

Tirando as cláusulas não financeiras do acordo em vigor e que têm validade até o próximo ano, outros dois itens da proposta dela também não tiveram avanço na negociação. A empresa quer introduzir a coparticipação no plano de saúde e nem pensa em propor algo para o Prêmio Aposentadoria. Segundo ela, esse benefício é uma espécie de plano de demissão voluntária e sequer deve constar do acordo coletivo, achando que pode ser acionado de três em três anos.

Ainda sobre o Prêmio Aposentadoria, na reunião anterior a empresa informara que o governo estadual pretende retirar essa cláusula do acordo coletivo e que a “janela” de 60 dias, para permitir a adesão de trabalhadores (as), vai ser aberta no segundo semestre e que deve ser a última. O Sindicato já firmou posição sobre essa cláusula, informando que ela não é de na-

tureza econômica e que não está em negociação este ano.

O Sindicato retrucou toda a proposta e reclamou da falta de sensibilidade da empresa em avançar nas negociações, mas a diretoria manteve a alegação de que não pode oferecer mais por conta da difícil conjuntura econômica e política, além da ausência de recursos a fundo perdido para investimentos que estão sendo cobrados pelos municípios visando a renovação dos contratos de programas. Também colocou nesse rol de problemas as propostas do governo federal que tramitam no Congresso Nacional para alterar o marco legal do saneamento, forçando a privatização das companhias estaduais.

As justificativas da empresa para essa proposta não se justificam, uma vez que ela teve um bom desempenho nos últimos anos, conforme demonstram os balanços financeiros. Por isso a categoria precisa se mobilizar. O Sindicato estará fazendo reuniões nos parques a partir desta semana, pois está convencido de que vamos precisar, mais uma vez, partir com muita força visando alcançar um bom acordo coletivo. Uma nova negociação ficou marcada para a próxima terça (9) e até esperamos que a direção da empresa ofereça uma proposta bem diferente dessa que vem sustentando até agora.

Proposta de privatização do saneamento fica para depois do recesso parlamentar

A ameaça de privatização do saneamento ficou na “geladeira” esses dias por conta da tramitação da reforma da previdência e a costura de um acordo, mas o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem insistido para votá-la em agosto, logo após o recesso parlamentar. Como se sabe, trata-se do Projeto de Lei 3261/2019, que estabelece mudanças na legislação para permitir ampla participação do capital privado. Maia tem assumido o papel de principal articulador da proposta privatizante.

O PL 3261 é uma nova investida do governo e do empresariado para privatizar o saneamento, depois que perderam efeito duas medidas provisórias com esse objetivo, sendo a última delas a MP 868, encaminhada no apagar da luzes do governo Temer e que perdeu sua vigência no último dia 3. O projeto de lei prevê, entre outras coisas, a extinção dos contratos de programa entre municípios e as empresas públicas de saneamento. Sem eles, essas empresas não terão como sobreviver.

Diante da permanência dessa ameaça, o movimento sindical volta a articular sua presença em Brasília visando pressionar parlamentares contra esse projeto. Representantes de sindicatos, entre eles o Sindae, estarão juntos com lideranças da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Observatório Nacional do Direito à Água e ao Saneamento (ONDAS), da Assemæe e Aesbe. A luta contra a proposta de privatização do saneamento tem tido, até agora, o apoio de vários governadores, temerosos com o futuro das companhias estaduais do setor.

Comissão da Câmara aprova a “Nova Previdência” de Bolsonaro. É um tapa na sociedade

Quando governo e empresários comemoram um resultado, algo de ruim para o trabalhador aconteceu ou está prestes a acontecer. Isso se viu novamente na semana passada, quando a comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou o texto base da reforma da previdência, deixando-o livre para votação no plenário da casa. Passando pelos deputados, vai direto para o Senado e se lá também for aprovado, o Brasil vai conviver com a chamada “Nova Previdência”, conforme a propaganda do governo Bolsonaro.

A “Nova Previdência” de Bolsonaro é um tapa na sociedade brasileira e, em especial, na classe trabalhadora. Trata-se de uma profunda reforma no sistema previdenciário que dificulta o acesso à tão sonhada aposentadoria, sobretudo para quem está começando agora a trabalhar; além de reduzir valores de benefícios diversos e até de excluir pessoas de ter acesso a eles. Não é simplesmente um retrocesso, é uma crueldade que atinge mais as pessoas de menor poder aquisitivo. Quem menos recebe hoje no seu trabalho, menos ainda vai receber no futuro, se conseguir a aposentadoria ou algum outro benefício.

Antes de apontar as perversidades contidas na “Nova Previdência”, vale salientar que ela passou na comissão especial por 36 votos a favor e 13 contra. Teve cinco votos de deputados (as) baianos

(as), sendo dois a favor, os de Arthur Maia (DEM) e de Ronaldo Carletto (PP), e três contra, de Lídice da Mata (PSB), Jorge Solla (PT) e Alice Portugal (PCdoB). Os dois que votaram a favor são empresários: Carletto da área de transporte e com amplo domínio político no Extremo Sul da Bahia e Arthur Maia foi relator da fracassada reforma da previdência encaminhada pelo golpista Michel Temer.

A direção executiva da CUT Nacional afirmou, em nota, que “temos motivos de sobra para rejeitar a reforma da previdência”, citando que ela retira direitos fundamentais da classe trabalhadora. Cita, ainda, que o alegado déficit do sistema previdenciário é falso, pois existem alternativas para cobrir seus custos, como a cobrança da dívida das empresas e o combate aos sonegadores, em vez de perdoar suas dívidas, como aconteceu recentemente com empresas do agronegócio. Destaca também que a proteção social assegurada na Constituição é um patrimônio a ser deixado para as gerações futuras.

PRINCIPAIS PONTOS – Para ser aprovado na Câmara dos Deputados, o texto precisa ser referendo por pelo menos 308 dos 513 votos (três quintos) e em duas votações. Só depois vai ao Senado. Mais do que nunca, é preciso que todos (as) se mobilizem e pressionem os (as) parlamentares de suas bases eleitorais para que votem contra.

Pelo texto aprovado, a idade mínima de aposentadoria será de 65 anos para homens e 62 para mulheres, do setor público e privado; a idade mínima de professores será de 60 anos e professoras, 57; o tempo mínimo de contribuição no setor privado será de 20 anos para homens e 15 anos para mulheres, e de 25 anos para homens e mulheres no setor público.

Se essas são as regras para quem ainda não começou a trabalhar, para quem já está trabalhando (e contribuindo com a previdência) haverá regras de transição. A idade mínima subirá aos poucos, começando por 61 anos (homens) e 56 anos (mulheres) e terá acréscimo de 6 meses por ano.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, não importando se contribuíram ou não para a previdência, a proposta original do governo era pagar um salário mínimo após os 70 anos (hoje é a partir dos 65), com a possibilidade de pagar R\$ 400,00 a partir dos 60. O relator, porém, manteve a regra atual, que é de um salário mínimo.

Vários benefícios foram bastante reduzidos. Um exemplo é o abono salarial dos PIS/Pasep, que é pago uma vez por ano a quem recebe até dois salários mínimos (R\$ 1.996,00) por mês e que agora só vai contemplar a quem ganhará até R\$ 1.364,43. Também haverá redução nos benefícios de pensão por morte etc.

Cetrel e DAC avançam na negociação, mas ainda é pouco

Depois de muito insistir na concessão pura e simples de um reajuste de 4% para o salário e benefícios, a Cetrel e a DAC resolveram mudar a proposta durante a última negociação com o Sindicato, na última quinta (27), garantindo um avanço. Ofereceram reajuste de 5% para o salário e de 10% para os benefícios econômicos. É uma proposta que ainda tem muito por evoluir e uma nova reunião será realizada na próxima terça (9).

Pela proposta dela, só como exemplo, o auxílio creche passaria de R\$ 970,00 para R\$ 1.067,00; o do portador de necessidades especiais de R\$ 1.210,00 para R\$ 1.331,00; o alimentação de R\$ 44,00 para R\$ 48,00; o educação de R\$ 970,00 para R\$ 1.067,00; e o auxílio funeral iria de R\$ 6.600,00 (titular) para R\$ 7.260,00.

O Sindicato manteve sua propos-

ta anterior, que prevê reajuste salarial de 5,07% mais R\$ 300,00 a título de ganho real; auxílios creche e educação de R\$ 1.300,00; portador de necessidades especiais de R\$ 1.800,00; auxílio funeral de R\$ 7.200,00 (valor igual para o (o) empregado (a) e seus dependentes); alimentação com cesta básica no valor de R\$ 1.210,00 (R\$ 55,00 por dia multiplicado por 22 dias); assistência médica supletiva sem ônus para os (as) empregados (as) e ajuda de custo de R\$ 300,00 para os empregados em viagem a serviço da empresa.

Jaguaribe – Ainda na semana passada, depois de muito insistir, o Sindicato conseguiu que a Jaguaribe “despertasse” para a necessidade de negociar o novo acordo coletivo de trabalho. Uma primeira reunião deve acontecer na próxima semana, ficando de ser confirmada a data do próximo dia 10.



Numa época de mentiras universais, dizer a verdade é um ato revolucionário.

George Orwell



Contribuição sindical por boleto fere o princípio da liberdade sindical, diz MPT

Fruto da descabida ofensiva do governo Bolsonaro contra o movimento sindical, a Medida Provisória 873, que só permite a contribuição de trabalhadores (as) a seus sindicatos através de boleto, fere o princípio da liberdade sindical, os preceitos da Constituição Federal e acordos internacionais assinados pelo Brasil. Essa foi a conclusão a que se chegou a representação do Ministério Público do Trabalho (MPT) durante audiência pública no Senado, na última segunda (24).

A medida provisória quer proibir o desconto prévio das contribuições em favor dos sindicatos em folha de pagamento e isso é inconstitucional, disse o subprocurador-geral do MPT, Cristiano Paixão. Obrigar o recolhimento apenas por boleto bancário contraria o princípio da liberdade sindical e isso se dá porque o objetivo é “matar os sindicatos de inanição, asfixiando-os economicamente ao extremo”, ferindo, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil no que diz respeito à autonomia e liberdade sindical.

Ele alertou que “esse é um caminho muito perigoso porque os sindicatos são fundamentais, especialmente na defesa da coletividade dos trabalhadores. Podemos não concordar com alguns dirigentes ou com algumas decisões, mas precisamos ter em mente que os sindicatos são cruciais. Nós não vamos ter um mundo do trabalho maduro e harmônico sem sindicatos fortes”, completou Cristiano Paixão.

Também lembrou que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) incluiu o Brasil, pelo segundo ano consecutivo, na lista de 24 países que serão alvo de exame por suspeita de descumprimento de normas internacionais de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, o que decorre da reforma trabalhista feita no governo Temer e da violação à Convenção 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva.

O senador Paulo Paim (PT), que presidiu a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participa-

“... mas precisamos ter em mente que os sindicatos são cruciais. Nós não vamos ter um mundo do trabalho maduro e harmônico sem sindicatos fortes”. Cristiano Paixão, subprocurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT).

tiva, afirmou que tanto a reforma trabalhista quanto a proposta de reforma da previdência, ainda em análise na Câmara dos Deputados, têm o objetivo, entre outros, de prejudicar a capacidade de organização da classe trabalhadora.

MP da Contribuição Sindical perde sua validade



PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Editada pelo presidente Bolsonaro em 1º de março deste ano e desde então parada no Congresso Nacional, a Medida Provisória 873/19, que proibia o desconto da contribuição sindical diretamente na folha de pagamento dos (das) trabalhadores (as), perdeu sua validade na última sexta (28). Entrou, assim, na cota de mais uma derrota do governo, tanto pela mobilização das forças sindicais, quanto pela sua desastrosa articulação política e falta de bons argumentos para as propostas que envia ao parlamento.

Essa Medida Provisória, também chamada de MP da Contribuição Sindical, tinha o claro objetivo de sufocar o movimento sindical, dificultando a sua fonte de arrecadação. Ela estabelecia que toda contribuição do (da) trabalhador (a) para entidade sindical só poderia acontecer mediante boleto bancário individual. Vinha na esteira de outro ataque contra o movimento sindical, o primeiro desferido pela reforma trabalhista pelo ilegítimo Michel Temer, que acabou com o imposto sindical.

Absurdas e antidemocráticas, as medidas de Bolsonaro e Temer violaram o direito à livre organização dos trabalhadores. Em ambos, a vontade de calar a voz do movimento sindical que têm resistido à feroz ofensiva governamental contra direitos e conquistas da classe trabalhadora, precarizando as condições de trabalho e, à medida que asfixia trabalhadores (as), beneficia os grandes capitalistas que vão ampliando mais e mais os seus lucros, num ambiente selvagem e sem o menor respeito à vida e a dignidade da pessoa humana.

As centrais sindicais divulgaram nota conjunta comemorando a caducidade da MP, afirmando que o objetivo dela medida era “enfraquecer e destruir o movimento sindical”. Também destaca a mobilização feita no Congresso Nacional: “articulação e a luta das entidades sindicais, juntamente com os parlamentares, comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, foram fundamentais e determinantes para que a MP 873 não conseguisse o apoio necessário”.

No texto, as centrais destacam ainda que todos os trabalhadores que se beneficiam de convenções coletivas negociadas pelos sindicatos devem contribuir para os sindicatos de suas categorias.

Brasil figura entre os 10 piores países para se trabalhar, aponta Índice Global de Direitos

Depois de uma reforma trabalhista bem a gosto do empresariado, cortando direitos e precarizando a já sofrível condição de trabalho, não seria de estranhar que o Brasil figurasse entre os piores países do mundo para trabalhadores (as). Isso se tornou realidade: pela primeira vez o país está na lista dos 10 piores do mundo, entre 145 países analisados pela Confederação Sindical Internacional (CSI), de com o Índice Global de Direitos 2019.

O Índice leva em conta 97 indicadores reconhecidos internacionalmente, apontando, entre outras coisas, onde trabalhadores (as) estão menos protegidos (as) tanto no que diz respeito à le-

gislação quanto à prática sindical, passando por questões de saúde e da segurança em si mesma. No topo da lista figuram Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Brasil, Colômbia, Filipinas, Guatemala, Cazaquistão, Turquia e Zimbábue.

Os novos resultados do Índice foram apresentados em reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra. O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que as recentes alterações na legislação trabalhista (a reforma) realizadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer contribuíram para que o Brasil alcançasse esse “lamentável resultado”. Alertou ainda que as coisas tendem a piorar com o

Não precisamos de mais mortes e violência. Precisamos de direitos, de respeito aos tratados internacionais, à democracia e às liberdades individuais, afirmou o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Estatuto da Igualdade já vigora em Salvador

Sancionado na última sexta (28), o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa oferece a possibilidade para Salvador adotar práticas e políticas públicas que combatam a discriminação, buscando condições mais igualitárias de vida entre cidadãos e cidadãs e de mais respeito religioso. Afinal, é a capital baiana a cidade de maior população negra fora do continente africano. Ele decorre de uma proposta feita cerca de 10 anos atrás pela então vereadora Oli-

via Santana (PCdoB), hoje deputada, e foi aprovado recentemente pela Câmara de Vereadores de Salvador. O Estatuto prevê a inclusão igualitária dos afrodescendentes nas políticas públicas, a instituição do Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Sismupir), a criação de um Sistema Municipal de Financiamento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além da criação de um sistema de Política Municipal de Saúde Integral da População Negra.

atual governo de Jair Bolsonaro (PSL): “No Brasil, além de não haver mais legislação trabalhista, não há democracia”.

“Há perseguição às liberdades individuais e ao direito coletivo. E, acima de tudo, há o desrespeito muito grande aos tratados e convenções internacionais, não apenas no que diz respeito aos direitos trabalhistas, mas também aos direitos humanos”, disse Vagner, citando as ameaças do governo brasileiro de sair da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“A única saída que o governo brasileiro propõe é mais violência. O governo propõe armar a população e ignora que o Brasil está entre os dez países onde foram constatados assassinatos de sindicalistas, como aponta o relatório da CSI”. E prosseguiu: “Não precisamos de mais mortes e violência. Precisamos de direitos, de respeito aos tratados internacionais, à democracia e às liberdades individuais. Precisamos de Lula livre, o verdadeiro líder que representa a classe trabalhadora brasileira e que não ganhou as eleições porque elas foram manipuladas”, afirmou.

O desmonte sistemático de direitos, a repressão e violência contra a classe trabalhadora estão colocando em perigo a paz e a estabilidade no mundo, aponta o Índice Global de Direitos. Prisões, perseguições e mortes estão tomando grandes proporções. Entre as principais conclusões do documento estão: 85% dos países violam o direito de greve; 80% negam o direito à negociação coletiva; 72% negam o acesso do (da) trabalhador (a) à justiça do trabalho; e um terço dos países limitam a liberdade de expressão e o registro de sindicatos; e em muitos deles, incluindo o Brasil, sindicalistas são perseguidos e mortos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ELEIÇÕES SINDICAIS (AVISO RESUMIDO)

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DA BAHIA - SINDAE, através da Comissão Eleitoral, na forma do Artigo 68.º de seu Estatuto, convoca os associados para as eleições da Diretoria Executiva (Titulares e Suplentes), Diretoria de Base e Conselho Fiscal (titulares e suplentes), que serão realizadas em 17, 18 e 19.09.2019, em primeira convocação, das 08h30min às 17h30min horas, nos locais indicados abaixo, ou em segunda convocação, nos dias 02, 03 e 04.10.2019, nos mesmos horários e locais, estando aberto o prazo para inscrição de chapas, que serão recebidas na Secretaria deste Sindicato, sito à Rua General Labatut, n.º 65 - Barris - Salvador - Bahia, das 08h30min às 17h30min horas, que findará em 05.08.2019. Serão colhidos votos através de mesas coletoras fixas e itinerantes, que funcionarão em todo o Estado da Bahia: na Sede do SINDAE, na sede, nos parques, lojas de atendimento, unidades de negócios e escritórios locais da EMBASA; na sede e núcleos regionais da CERB, nas Sedes da CETREL S/A, da DAC em Camaçari, na Sede da BRK Ambiental, na Boca do Rio, nas sedes dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto dos Municípios de Alagoinhas, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Casa Nova, Catu, Correntina, Curaçá, Ibicaraí, Itajuípe, Itapetinga, Iitoró, Juazeiro, Jussari, Macarani, Macaúbas, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Félix do Coribe, Sento Sé, Taperoá, Valença, Xique-Xique e na EMASA (Itabuna).

Salvador, 04 de julho de 2019.

Luiz Geraldo de Andrade Sampaio – Presidente da Comissão Eleitoral

PLANTÃO DOS (AS) ADVOGADOS (AS) JULHO/2019

ADVOGADO (A)	TURNO	ATENDIMENTO	
		TELEFONE	PESSOAL
Adv.º Eduardo eduardo@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	24 e 31 -	- 24 e 31
Adv.º Daniel daniel@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	- 11, 18 e 25	11, 18 e 25 -
Adv.ª Gabriela gabriela@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	- 09, 16, 23 e 30	09, 16, 23 e 30 -
Estagiário (a) estagiario@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	10 e 17 -	- -

Contato: (71) 3111-1700

OIT aprova tratado internacional contra assédio sexual no local de trabalho

Por esmagadora maioria de seus membros, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou o seu primeiro tratado sobre violência e assédio no trabalho, incluindo o princípio de sanções. Esse foi o coroamento do movimento #MeToo, que denuncia o assédio a mulheres e que surgiu em 2017, com o escândalo envolvendo o ex-produtor de cinema americano Harvey Weinstein, acusado de assédio e abuso sexual por mais de 80 mulheres, entre elas as atrizes Angelina Jolie e Ashley Judd.

Para que o texto se torne vinculante, originando a obrigação de respeitá-lo, precisará que seja ratificado. A convenção entrará em vigor um ano após a ratificação de pelo menos dois Estados. Presidente da sessão da OIT, o representante suíço, Jean-Jacques Elmiger, resumiu assim: "é um momento histórico". O documento começou a tomar impulso em 2015, através de um processo lançado pela própria OIT, mas tomou proporção mundial após a campanha #MeToo.

Representantes de empregadores da Malásia e diversos países latino-americanos votaram contra a convenção, enquan-

to a representação da Rússia, Cingapura, El Salvador, Malásia, Paraguai e Quirguistão se abstiveram.

A convenção se aplica a casos de violência e de assédio relacionados ao mundo do trabalho, incluindo eventos ocorridos nos espaços públicos e privados, quando servem de lugar de trabalho, mas também durante o trajeto de casa para o trabalho. Abrange, inclusive, comunicações eletrônicas. De acordo com o documento, "a violência e o assédio atingem mulheres e jovens de maneira desproporcional", ataques que podem atingir outros grupos de vulneráveis.

O país que ratificar a convenção deve adotar políticas de sensibilização e uma legislação proibindo e punindo a violência e o assédio no mundo do trabalho. "A convenção vai trazer esperança para milhões de trabalhadores", disse Marie Clarke Walker, representante dos trabalhadores na comissão que elaborou o texto. "Sem esquecer ninguém, ela adota uma abordagem inclusiva que estende a proteção a todos os trabalhadores, qualquer que seja seu status contratual", afirmou.

TOMENota

ENERGIA MAIS CARA

Para quem não teve nenhum reajuste salarial este ano, como nossa categoria, é melhor preparar o espírito para novo aperto no bolso. Já no final deste mês estaremos pagando mais pela energia, com a mudança de bandeira verde para amarela. Significa uma cobrança extra de R\$ 1,50 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Motivo: falta de chuvas onde ficam as principais hidrelétricas do país.

CRIME NA JUSTIÇA

A Justiça Federal condenou uma juíza aposentada da Bahia e um estagiário por desvio de dinheiro do FGTS. De acordo com denúncia do Ministério Público Federal, a dupla forjava procurações e petições para realizar saques nas contas do FGTS, chegando a acessar 71 contas de trabalhadores (as), desviando R\$ 657 mil, sem juros e correção. A juíza terá de devolver R\$ 1,7 milhão, além do pagamento de multa e suspensão dos direitos políticos por cinco anos. A dupla foi denunciada originalmente por um gerente da Caixa, que desconfiou do volume de saques na agência de Simões Filho.

DESPROTEGIDOS

Paulatinamente, o governo Bolsonaro está cortando a proteção à saúde e segurança de trabalhadores (as), mesmo sabendo da enorme população de mortos, mutilados, amputados etc, vítimas dessa falta de proteção e da ambição patronal. Está reduzindo os efeitos das chamadas Normas Regulamentadoras, as famosas NR's, em nome de aumentar a competitividade no ambiente empresarial. Está privilegiando o lucro em detrimento da vida. Bolsonaro já avisou que vai cortar 90% das exigências contidas nessas normas. A regra será salve-se quem puder.

ECONOMIA PARADA

Pela terceira vez este ano o governo cortará a previsão oficial de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), o que reduzirá a projeção de arrecadação e complicará ainda mais o cenário para cumprir a meta fiscal do ano. Ainda não se sabe de quanto será o corte. A medida mostra a quantas anda a economia do país, parada. O orçamento de 2019 foi elaborado em meados do ano passado com uma previsão de crescimento de 2,5%. Em março, o governo cortou a projeção para 2,2%; em maio, para 1,6%. O governo não tem projetos, só fala em reformas.

DEFESA AMBIENTAL

Uma ação coletiva do Ministério Público da Bahia (MP-Ba) contra 10 municípios baianos tem como base a falta dos planos municipais de saneamento básico e de resíduos sólidos. Os promotores cobram que a justiça dê 30 dias de prazo para a elaboração desses planos e 12 meses para que os municípios implantem locais adequados para destinação do lixo, de preferência em aterros sanitários. Outro pedido é para que recuperem os danos ambientais provocados em áreas degradadas pelo depósito irregular de lixo.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



siga-nos: [f /sindaeba](#) [ig /sindaeba](#) [t @sindaebahia](#) [yt /user/sindaeba](#)